



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 14ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 21 de março de 2016, com início às nove horas e quarenta e dois minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaiteiro, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, dou por aberta à sessão e solicito ao senhor Secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Ofício nº 57/2016/GVPM do gabinete do vereador Pedro Martendal, comunicando troca de filiação partidária, passando a integrar o Partido Verde – PV. Ofício nº 03/3026/JM/CMC do vereador Jorge Menegatti, comunicando mudança do Partido Social Cristão - PSC e sua filiação ao Partido Ecológico Nacional – PEN. Ofício nº 06/2016 do vereador Rui Capelão Cardoso, informando que passa a integrar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Comunicado dos presidentes das Comissões de Agricultura e Meio Ambiente e de Economia, Finanças e Orçamento de que o secretário municipal de Meio Ambiente, senhor Luiz Carlos Marcon estará presente no dia 23/03/2016, às 14:00 horas, para tratar sobre o novo contrato de licitação de concessão dos serviços de coleta de lixo, limpeza, reciclagem e administração do aterro na cidade de Cascavel. Ofício nº 05/2016/PTN informando que, a partir do dia 14/03/2016, o vereador Jaime Vazatta é o novo líder de bancada do partido PTN na Câmara Municipal de Cascavel. Ofício nº 1/2016 da Opevel em apoio à Frente Parlamentar de Defesa da Vida e da Família quanto ao Plano Municipal de Educação. Nota de repúdio do Centro de Direitos Humanos de Cascavel ao posicionamento de alguns vereadores quanto ao Plano Municipal de Educação. Nota de repúdio do Centro de Referência em Estudos da Cultura Afro-brasileira de Cascavel – Grupo Afrovida ao posicionamento de alguns vereadores no que tange ao Plano Municipal de Educação. Nota de repúdio dos professores da União, Andréia C. Martelli e Alexandre S. F. Soares, em relação ao posicionamento de alguns vereadores quanto ao Plano Municipal de Educação. Ofício SEC nº 0025/2016, da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, em resposta ao Requerimento nº 20/2016. Ofício nº 058/2016 - GPDP do gabinete do Deputado Paranhos, em resposta ao Requerimento nº 568/2015. Ofício nº 016/2016 do gabinete do Deputado Márcio Pacheco, em resposta ao Requerimento nº 566/2015. Nota de repúdio da Adunioeste, no que concerne ao posicionamento de alguns vereadores no Plano Municipal de Educação. Ofício nº 017/2016 do Siprovel, comunicando nota de repúdio ao posicionamento de alguns vereadores quanto ao Plano Municipal de Educação. Nota de apoio da Renovação Carismática Católica ao posicionamento da Câmara de Vereadores quanto ao Plano Municipal de Educação. Inscritos para o pronunciamento no grande expediente, os vereadores: João Paulo de Lima, Celso Dal Molin, Professor



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Paulino, Nei H. Haveroth, Fernando Winter, Jaime Vasatta e Romulo Quintino. – Presidente: Finda que está à matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA:** – Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. - Vereador Pedro Martendal: Gostaria que entrasse em pauta a solicitação de um parecer jurídico dessa Casa quanto a... se podemos entrar com uma ação contra a Secretaria de Educação, por descumprir uma lei municipal aprovada por esta Casa. Outra questão também, pra pauta e parecer jurídico desta Casa a convocação do reitor da faculdade Unioeste de Cascavel, quando o mesmo manda uma carta pra esta Casa se dizendo favorável por uma lei que foi descumprida; e então convocá-lo e, pedir: por que a faculdade é a favor que se descumpra uma lei? E por terceiro, peço também em pauta que seja enviada a lei descumprida, a carta de repúdio ao governador do Estado do Paraná como aos deputados estaduais e a todos os órgãos competentes que tem interesse nessa causa. – Presidente: Peço que a Procuradoria Jurídica analise, mas já respondo que duas dessas questões poderão ser feitas através de requerimento aprovado pelo Plenário; mas peço que a Procuradoria analise os casos. Passamos pra ordem do dia. **ORDEM DO DIA:** – Presidente: Temos o Projeto de lei nº 4/2016 de autoria dos vereadores João Paulo de Lima, Celso Dal Molin e Jorge Bocasanta que regulamenta o atendimento de agências bancárias, cooperativas de crédito e congêneres no município de Cascavel, na forma que especifica. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Quero pedir adiamento deste projeto; um projeto que realmente vai satisfazer os clientes que, utilizam as agências bancárias. Houve alguns questionamentos e também, algumas entrelinhas aqui que nós vamos fazer modificações no projeto, para que amanhã não possa somente fazer emenda. Nós gostaríamos de fazer isto em contexto geral; portanto, gostaria de pedir aos senhores vereadores esse pedido de adiamento por quatro sessões. – Presidente: Em votação, o pedido adiamento de quatro sessões ao Projeto de lei nº 4/2016. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem; pedido de adiamento formulado pelo autor do projeto aprovado, pela totalidade dos senhores vereadores. Temos agora o Projeto de lei nº 10/2016 de autoria do Executivo Municipal que, dispõe sobre a aprovação do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Cascavel e dá outras providências. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Me sinto na obrigação de defender este projeto, como presidente da Comissão de Educação em alguns pontos, pois o projeto ele contém 404 páginas. É bem extenso e é um projeto muito importante, 2016-2026, são dez anos onde nós vamos colocar leis públicas para a criança e o adolescente. Se vocês observaram bem, tem quatro partes importantes que eu gostaria de expor, aos nobres colegas: o problema identificado, o objetivo, a ação e a meta. Então, depois de identificado o problema tem o objetivo, tem a ação e tem a meta. Então esse projeto, senhores vereadores, ele mais ou menos está resumido nessas quatro ações: o problema, o objetivo, a ação e a meta. Queria



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

salientar aqui, alguns pontos que são mais importantes: a violência contra a criança e o adolescente. É um assunto já muito discutido na nossa sociedade e está aqui, no nosso plano. Dentre os objetivos, desenvolver ações de prevenção à violência contra criança e adolescente na ação. Às vezes não adianta ficar só no objetivo, precisa ter ação; sem ação, é morta. Realizar ações, palestras, oficinas, prevenção à violação, de direito da criança e o adolescente. A meta: realizar ações preventivas com 80% das famílias atendidas pelas políticas. Mais uns pontos importantes que eu fiz questão de frisar aqui, nobres vereadores, pra que esse projeto seja aprovado por unanimidade, por todos vocês: A questão também da insuficiência de professores: a Comissão de Educação está visitando praticamente todas as escolas, o vereador Pedro Martendal e o vereador Paulino podem confirmar isso depois, se eles acharem necessário, existe escolas na nossa rede com déficit de 10 a 15 professores. É uma realidade e aí pra frente o próximo prefeito e os nobres vereadores eleitos, possam identificar e trabalhar em cima desse problema, que é a evasão dos nossos professores. Outra questão que foi apontada aqui; foi à questão dos Cmei's, vereador Bocasanta. Tenho certeza que todos os vereadores têm dos pais, dos seus eleitores, essa reclamação da vaga dos Cmei's, um problema não só que é de Cascavel, mas um problema nacional; então temos aí uma lista muito grande de crianças, esperando uma vaga nos Cmei's. Então, gostaria que a gente colocasse a nossa intenção, nosso voto pra que esse problema nos próximos anos, vereador Paulo Porto, pudesse ser resolvido: a questão dos Cmei's. É sério, tem muitos pais infelizmente hoje, por problema social a mãe também que precisa trabalhar e ajudar a renda familiar e vai deixar a criança com quem, se não é no Cmei? Uma escola particular é questão de R\$ 800,00, R\$ 1.000,00, sem condições para as famílias deixarem suas crianças nas escolas particulares; então, a importância de ter mais Cmei's na nossa educação. Outra parte importante que eu achei, pra falar pra vocês: a insuficiência de escolas em tempo integral. Como é importante ter mais escolas que trabalham nessa linha de raciocínio, tempo integral, deixar a criança de manhã até de tarde nas escolas. E também, a questão das drogas, outro problema levantado também, problema social problema de drogas. Nós estamos vendo aí crianças de 9, 10 anos fazendo uso de drogas. A educação precisa colocar os olhos e trabalhar em cima disso. O jovem, como também a criança de 9, 10, 11 anos já entrando no mundo das drogas; então são os problemas que foram aqui notificados pela Secretaria e o Plano com suas metas e suas ações é muito bom e; pediria então o apoio de todos os novos vereadores que pudéssemos aprovar. E, mais importante, aprovar e colocar em prática; porque aprovar é fácil, o problema hoje é colocar em prática e aplicar aquele projeto. Era isso. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Ressaltar a grande importância desse projeto. Dizer nas palavras aqui, do presidente do CMDCA, o Valtair onde ele fala que foi de grande valia o CMDCA fazer parte dessa construção, pois terá a grande responsabilidade de acompanhar e garantir através de suas deliberações que a família, sociedade, comunidade em geral e governo cumpram de forma articulada as propostas elencadas nesse plano. Ele vai mais adiante: nossos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

agradecimentos ao Prefeito Municipal Edgar Bueno e a todos que se debruçaram de forma intensa durante o período de elaboração deste importante instrumento, que norteará os destinos no nosso município, no que diz respeito à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Parabéns a todas as Secretarias e assim como, prioridade a construção do referido plano. Assinado Valdair Mauro. Também ressaltar a palavra do prefeito, aonde ele diz que: *não foi somente o Município, somente a Secretaria de Assistência Social, e sim, diversas mãos que construíram esse Plano durante um longo período. Foram as mãos acolhedoras, mãos sábias, mãos conhecedoras, mãos de amor; assim com certeza, todas essas comunidades, tiveram envolvidas nesse período todo, elaborando então este grande plano decenal, pois sei que será um diferencial na vida de tantas crianças e adolescentes. Meus sinceros agradecimentos. Prefeito Edgar Bueno;* assinando a nota. E então a palavra do presidente, de que estamos realmente diante de um marco histórico pra Cascavel, onde está sendo aprovado esse Plano para 10 anos, onde protegerá então todos os direitos das crianças e dos adolescentes do Município de Cascavel. Seria isso. Muito obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Saudação especial à secretaria Inês de Paula, em nome da qual eu quero parabenizar toda equipe da Secretaria de Assistência, bem como, a equipe de execução dos Conselhos, acima de tudo ao Valdair, e estender meus cumprimentos a todos os conselheiros do CMDCA. Quando estive nesse Conselho eu percebi a grande garra dos conselheiros, em prol da formação e da proteção dos nossos jovens. O nosso jovem não é o nosso futuro é o nosso presente e, se nós não cuidarmos deles hoje, uma negligência neste período terá dificuldades para ser corrigidas, como os demais programas tanto a nível municipal, estadual e federal que evidentemente tem o seu efeito, mas é um efeito paliativo. O trabalho preventivo se atuando na formação e na proteção, principalmente da criança e do adolescente é uma questão acima de tudo de segurança e também uma questão de economia, porque uma criança bem cuidada nós teremos um adolescente sem problemas e um adulto bem formado. Como já lembrado pelos colegas aqui, que me antecederam, esse Plano é por 10 anos; e então hoje uma criança que está com 8 anos, daqui a 10 anos ele terá 18, será um cidadão independente. E se nós falharmos nesses 10 anos, certamente nós teremos problemas com esse adulto depois, com 18 anos e os custos serão muito altos. Não só o curso econômico, o custo social, então por isso essa saudação tanto à equipe da Secretaria, como a equipe do Conselho, que fizeram esse trabalho bem elaborado. Agora eu não lembro quem que se referiu quanto à execução: está muito bonito, bem trabalhado, bem elaborado; agora, precisamos que o Conselho esteja 24 horas, focado na execução deste plano. Evidentemente em 10 anos, que nós teremos o final deste executivo, deste mandato e teremos mais dois mandatos pela frente, entrando evidentemente, já para o terceiro; então a função do Conselho vai ser fundamental, independente de quem quer que esteja na chefia do Executivo Municipal. Dessa forma eu entendo e até por recomendação do Conselho, pelo trabalho que é desenvolvido. Eu entendo que nós devemos aprovar este projeto de lei, tornando lei



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

para que ele entre em execução o mais rápido possível. O meu voto é favorável e pelo conhecimento que eu tive, por ter passado pelo Conselho eu recomendo aos nobres colegas. Tomo a liberdade de fazer essa recomendação, que aprovemos este projeto para que se torne lei o mais rápido possível. Seria isso. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Vanderlei Augusto da Silva. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Hoje, estamos discutindo nesta Casa um dos projetos mais importantes para o futuro do nosso Município. Nós somos um dos primeiros municípios do país a ter o Plano Decenal pronto e encaminhado para a Câmara Municipal, para aprovação. Em nível Estadual, em torno de 5 municípios encerraram o seu plano; porque até dezembro deste ano tem que estar aprovado também, no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente onde eu faço parte. Quero parabenizar a secretária, Inês de Paula e também o pastor Valdair; todo o município de Cascavel, porque esse projeto foi elaborado ouvindo a comunidade. Primeiro, com seminário ouvindo as crianças, os adolescentes, as entidades do nosso município e toda a estrutura do governo. O Paraná foi o primeiro Estado a aprovar o seu Plano Decenal. Muitos estados do nosso País ainda não aprovaram, palavras do nosso Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente, Leandro Miller, na sexta-feira. Todos os municípios do Estado do Paraná receberam esse caderno orientativo, mas Cascavel andou muito antes que o Estado precisasse orientar. Nós estamos tendo um dos melhores Planos já elaborados e já aprovados nesta cidade. Eu espero que os candidatos a prefeito do nosso município, principalmente nos dois próximos mandatos, possam pegar esse Plano Decenal do Município de Cascavel que será aprovado nesta data e colocar em seu plano de governo. Porque o Plano Decenal terá que ser cumprido e cabe a nós vereadores, cabe a sociedade de Cascavel, fiscalizar a execução desse Plano Decenal. Esse Plano Decenal não é brincadeira, não é pra ficar na gaveta, temos que fiscalizar. O Plano Decenal envolve a educação, a saúde, assistência social, a cultura, o esporte, o trabalho, não é só da Assistência Social. Nós precisamos entender que, o Plano Decenal da Criança e Adolescente não é na assistência social. E o plano Decenal é para todas as crianças e adolescentes do município de Cascavel. Muitas pessoas têm o costume de pensar que tudo que se aprova de criança adolescente é pra criança pobre. Não! Criança e adolescente de 0 a 18 anos, todas as crianças e adolescentes deste município. Que se faça cumprir esse Plano Decenal, que nós possamos acompanhar a execução desse Plano Decenal, tão bem elaborado, o Plano Decenal melhor elaborado no Estado do Paraná. E eu estou dizendo isso com conhecimento de causa, porque tive a oportunidade de analisar os planos decenais de outros municípios do nosso Estado lá no CMDCA Paraná, inclusive na última quinta e sexta-feira. Então Inês de Paula, e a sua equipe, pastor Valdair leve o nosso reconhecimento ao Conselho da Criança e do Adolescente e a toda a sociedade. Cascavel é o primeiro Município do Estado a mandar um plano para a Câmara aprovar e se tornar lei. Isso é um avanço, nós temos que reconhecer. Quando é necessário criticar, temos que criticar, mas quando é necessário reconhecer temos que reconhecer. E quem ganha com isso é a criança e o adolescente, não é o Edgar



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Bueno, a Inês, não é o Ronaldo, não é o CMDCA. Temos que cobrar que se torne prática, principalmente a falta de vaga de Cmei's que hoje é muito grande em nosso Município e que os próximos prefeitos coloquem também, no orçamento. Criança e adolescente tem que ser prioridade absoluta, Paulo Porto, mas principalmente no orçamento. Não é só no discurso, o discurso é muito bonito, mas a prática é bem diferente e então nós temos esse papel de cobrar, independente de estarmos aqui ou não, nos próximos 4, 8 anos; porque esse projeto diz respeito aos meus filhos, diz respeito aos netos de muitas pessoas que estão nesta Câmara. Muito obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Tivemos uma leitura deste projeto, consideramos muito importante. Eu acho que vocês colocam a equipe toda que trabalhou aí e colocam a alma aí daquilo que nós desejamos, daquilo que a sociedade de fato precisa para que nós tenhamos aí, um futuro garantido para as próximas gerações. Entendemos como fundamentais as metas colocadas. Como diz o vereador Vanderlei, no papel está colocado, o nosso presidente da Comissão aqui toca numa situação muito importante. Precisamos, oxalá que consigamos, nessa década da educação, os dez anos que temos da educação, possamos ter aí a universalização da escola em tempo integral. Estamos vendo no Estado do Paraná e no geral, em nosso Município não é diferente, que nós temos diminuído o número de crianças por família. A gente tem visto uma certa redução; o meu pai teve 11, eu só tive 3 filhos. Estamos vendo em algumas comunidades que, algumas escolas estão ficando ociosas, salas de aulas ociosas. Entendo que esse espaço seria um espaço muito bacana para estar se promovendo a escola em tempo integral. Em algumas localidades nossas de Cascavel, temos ainda que recuperar escolas, construir escolas, mas temos espaços ainda onde já está sobrando prédios. Não tem que sobrar e eu acho que ele é um espaço legal, pra gente poder estar promovendo a escola em tempo integral. E aqui um problema: uma situação em Cascavel que ainda temos aí, quase três mil crianças na fila do Cmei. Isso está sendo desrespeitado, o direito dessas crianças e é necessário que essa situação também, possa ser universalizada. As mães ainda têm o vício, diria, de estar ligando pra vereador pra ver como é que eu posso fazer pra arrumar uma vaga para o meu filho. Agora a pouco uma me alcançou. Não sou vereador que arruma vaga de creche, cobre do poder público, cobre do prefeito, do secretário, a sua vaga pra creche, inclusive temos aqui nessa Casa tramitando aí, e espero que seja aprovada ainda este ano, a listagem de crianças que estão na lista de espera, pra que isso seja universalizado, seja democrático. Eu não posso estar vendo que alguém arruma vaga pra alguém. Não pode! Precisamos universalizar também, esse espaço. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Martendal: Só pra rememorar aqui, lendo o artigo 227 da Constituição Federal: *é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade*. Então o que nós estamos votando aqui, nós não estamos fazendo nenhum favor. É um direito. Quando se fala em absoluta prioridade tem que...o Executivo tem que postergar qualquer outro investimento e investir em favor da criança e do adolescente. Então, o que nós estamos fazendo aqui



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

é apenas um reconhecimento do direito constitucional da criança e do adolescente. Obrigado pelo aparte. - Vereador Professor Paulino: Vamos estar cobrando, enquanto vereador, enquanto cidadão, para que de fato ele seja concretizado. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Eu vejo todos que me antecederam falando dos direitos da criança e adolescente. Essas grandes manifestações que estão ocorrendo no Brasil afora é porque o povo não aguenta mais pagar imposto. Eu vejo que o direito de uma criança, o maior direito é ter uma família por perto e, essa família é insubstituível. Pai e mãe. Não adianta a mãe sair trabalhar deixar o filho na creche e pagar imposto que, não sobra nada. Eu vejo na minha família: minha mulher é médica também, sai e nossas crianças com a empregada. E eu percebo que o gasto disso aqui, em torno de 10 milhões por ano, pra atender quantas crianças? 800, 900 crianças por 10 milhões. Quem paga a conta? Fica autorizada a criação de mais uma comissão institucional para acompanhamento e fiscalização. A Constituição de 88, esses dias um senhor me falou: o problema não é da Dilma; o problema é da Constituição de 1988 onde todo mundo tem direito e não tem deveres. Eu percebo que aqui, não tem funcionário nenhum que cuida melhor que o pai e a mãe do seu filho e, me preocupa é o pagamento. Eu vejo que mãe que não trabalha, não devia ter direito a creche. Quando um pai abandona o seu filho, ele vai preso; não pagou a pensão e vai preso. E porque o pai e a mãe que vivem juntos abandonam o filho? A minha saída do PT não foi por causa do roubo, porque tem roubo em tudo, porque tudo tem que ser de graça, tudo tem que ser do governo; e a responsabilidade? Eu quero cuidar dos meus filhos, não quero cuidar dos filhos dos outros. Posso ajudar alguém na doença, alguma coisa, mas a família que gera um filho tem que ter a responsabilidade de tratar de um filho. Gastaram R\$ 10.000.000,00, num ano; se gasta com assistente social. Olhei aqui e vi que a maior infração de adolescente até hoje, vi aqui nos dados, é sair dirigindo sem carteira de habilitação. Com tanto traficante que tem neste município, tem 15 famílias que foram identificadas como traficantes. Isso aí está errado, a assistente social não está funcionando, o Estatuto da Criança e Adolescente não está chegando; só tem 15 traficantes que tem filhos em Cascavel? Aqui estão os dados. A melhor coisa que tem que fazer é o pai e a mãe se responsabilizarem pelo andamento da sua família; aí sim pode ser posto Bolsa Família pra quem precisa e não tem condição de cuidar. Podemos ter a assistência social direta, aquela carteirinha que vai ao banco, pega o dinheiro e não tem esse tanto de funcionários, tanta coisa no meio e que consome 90% dos investimentos. A Bolsa Família vai direto lá pra mãezinha. Imagina pegar 10 milhões por ano e dar pra 2.000 crianças, quanto dá por mês cada criança? Quem tem que cuidar do seu filho é a família. E não sou pastor. Não sou pastor não, é a família. Ninguém cuida melhor de alguém do que pai e mãe. Vai dizer que um professor cuida melhor do que um pai e uma mãe? A briga que está nas ruas é por causa de que ninguém aguenta mais pagar imposto, a arrecadação está diminuindo. Temos que refazer todos os gastos. Eu me lembro daquela história do pai que tinha uma lojinha e chamou todos os filhos, estava na beira da morte, “todos os filhos estão aqui, papai” - e



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

então, quem está cuidando da loja? Quem vai pagar o imposto pra manter essa estrutura? Estamos num país hoje que, ninguém aguenta mais pagar imposto. Com certeza, se vai ter um voto contrário aqui é o meu. Eu quero ficar com aquela mãe que denuncia o filho, quando está com droga dentro de casa. Eu sou daquele tipo de família, ainda. Não sou desses que o Estado tem que assumir o direito de família; e então vou votar contra, porque o gasto é muito alto em relação ao benefício. Era isso. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Eu tenho acompanhado bastante a questão da criança, na semana passada, tive o prazer de visitar dois Cmei's. Eu entendo que algumas coisas nós temos que saber separar na sociedade, por exemplo: médico, só precisa quem está doente; quem não está doente não precisa de médicos. Criança precisa de assistente social quando ela está em questões de risco, quando os pais estão em condição precária que, precisam de uma assistência melhor por parte do governo. Mas eu vejo que hoje, embora um grande esforço dos órgãos de assistência social, do Conselho... os órgãos públicos não estão dando uma condição boa, para que as crianças tenham uma vida melhor, para que elas sejam assistidas. Eu vi mãe chegar pra mim e falar: "meu filho vai sair do Caíque onde tem estudo integral, a minha filha com 10 anos eu não sei o que fazer com ela, porque ela vai ficar só num período e ela estará sobre risco, sozinha em casa". É uma realidade. A filha dela de 10 anos ia ficar numa questão de risco. Portanto, o grande problema hoje é ainda nossas autoridades públicas não darem uma atenção maior pra nossas crianças. Um Cmei que estive visitando na sala e que tem 15 crianças, tendo mais de 30 aguardando vaga naquela sala. Essas crianças não vão ter nunca condição, nem por determinação judicial de entrar naquele Cmei e serem assistidas. Cmei é escola, muitas crianças estão fora da escola. Os pais precisam trabalhar, são pobres, que assistência os pais vão dar aos filhos se as autoridades não dão escola para os seus filhos, onde eles deveriam ficar. Então, o projeto de ação social que hoje estamos votando nesse momento, do direito da criança é fundamental. Mas nós temos que trabalhar duramente em cima das responsabilidades das nossas autoridades que, não cumprem aquilo que é lei; que é determinação de nossos jovens, das crianças deficientes. Eu vejo, morando num bairro pobre, que a situação é bastante crítica; olhando as nossas crianças que não têm nenhum parque de lazer, não têm nada. As nossas autoridades municipais que deveriam dar uma atenção melhor, não estão dando atenção e aí é onde ficam penando: a Ação Social, Conselho, Secretaria, que não têm recursos e não tem como atender essas crianças. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Vereador Bocasanta, o senhor como bom médico que é, médico da minha esposa, amoleça seu coração e, vote a favor das crianças dessa cidade, dos adolescentes. Porque se nós não investimos nas crianças agora, vamos investir na cadeia depois, em penitenciária. E isso não podemos permitir; isso vale pra todas as autoridades. E outra coisa: nós estamos votando um Plano Municipal de Assistência Social aqui, estamos votando o Plano Decenal dos Direitos da Criança e Adolescente, que é um plano pra 10 anos. Tem que lembrar que criança tem que estar no esporte, na cultura, na



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

assistência social e, também tem que estar na educação, na saúde e temos que investir na criança como prioridade absoluta. Então, é isso que os próximos prefeitos e os próximos gestores precisam pensar: na criança. Então, Vereador Bocasanta, fica aqui o meu apelo, meu pedido, amoleça o seu coração, vote a favor das crianças do nosso município. O senhor é um bom médico, um homem bom, vote pelas crianças da nossa cidade. Realmente, nós precisamos dar uma atenção melhor a nossas crianças, mas acho que o Conselho vai ter dificuldade e não vai ter condições mínimas, nem mesmo a nossa Ação Social e a nossa Secretaria. Nós precisamos de autoridades com responsabilidade com as crianças. Obrigado. – Presidente: Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foi contrário o vereador: Jorge Bocasanta) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Celso Dal Molin, Fernando Winter, João Paulo de Lima, Luiz Frare, Marcos Rios, Ganso Sem Limite, Robertinho Magalhães, Paulo Porto, Jorge Menegatti, Pedro Martendal, Professor Paulino, Rui Capelão, Romulo Quintino, Vanderlei Augusto da Silva, Nei Haveroth, Walmir Severgnini, Jaime Vasatta) – Secretário: Com 19 votos favoráveis e 1 contrário, proposição aprovada. – Presidente: Com 19 votos favoráveis e 1 contrário, Projeto de lei nº 10/2016 aprovado em primeira votação. Passamos pra discussão do Projeto de lei nº 11/2016 do Executivo Municipal que, dispõe sobre autorização para o fornecimento de alimentação aos servidores durante a realização de serviços públicos externos itinerantes e dá outras providências. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Esse projeto veio a essa Casa e queríamos tirar algumas dúvidas e fizemos o pedido de vistas. Quando fiz o pedido de vistas, solicitei ao advogado que trabalha junto com a CCJ, pra me dar um parecer e também a procuradoria da Casa pra me dar um parecer, também. O projeto é bom, é um projeto que vem beneficiar realmente aquelas pessoas que saem pra o campo trabalhar; saem de manhã e não precisam voltar para almoçar e, ele fica à tarde. Um projeto que vem contribuir com trabalhador que sai fora da cidade, vai pro interior. Isso é muito importante até pra Secretaria de Agricultura, o interesse seria grande neste projeto. Só que esse projeto, pedi que tivesse o parecer de dois advogados desta Casa e, os 2 deram parecer contrário a este Projeto. Deixei uma cópia pra cada vereador e, como fiz o pedido, solicitei aos advogados que dessem o parecer, E eu tenho obrigação de passar aos senhores uma cópia dos pareceres, onde os 2 advogados deram pareceres contrários. Um colocou uma situação e o outro colocou outra e está em suas mãos, então, o parecer contrário. Só justificando que no meu pedido de vistas e no parecer dos advogados que está em nossas mãos, que cada vereador possa ler e possa estar se colocando. Quero agradecer o líder do governo, Cláudio Gaitero, que marcou uma reunião com a Secretaria. Estiveram aqui os advogados para explicar também, porque o parecer deles era favorável e eles explicaram o parecer deles. Temos o parecer que pedi aos 2 advogados, contrário. Com certeza, o líder do governo vai apresentar depois o parecer favorável, para que cada vereador tome uma posição. O projeto é bom, vem beneficiar, mas nos pedidos que fiz está confirmado em minhas mãos os dois pareceres contrários. Obrigado. (-



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. -Vereador Nei H. Haveroth: Entendo que no mundo jurídico hoje, até pela realidade que vive o país, na verdade, quando chegamos à encruzilhada não sabemos que rumo tomar. Um tem um entendimento, outro tem outro, e aquilo que é primordial, que é o andamento do serviço que é a cobrança do resultado das ações, das políticas públicas, ficam em segundo plano e o debate fica no campo jurídico. Na verdade, essa necessidade do atendimento aos serviços, principalmente que estão alocados em algumas Secretarias do município que prestam serviço fora do centro urbano e é uma prática constante no município, mas quando se pede o processo para licitar esse tipo de serviço, prestar esse tipo de serviço, o entendimento de alguns advogados ou do campo jurídico que questionaram é pra se colocar uma lei específica neste sentido e pra que haja um parecer, pra que esse processo ande e seja atendido. Eu acho que nós temos que atender o princípio da economicidade do Poder Público, das políticas públicas que nós temos que ter prementes nas nossas ações. Como que o município vai atender aqui a um grito dos vereadores, dos agricultores: o que nós precisamos fazer é dar manutenção nas estradas rurais lá, pra que se tire o mantimento, que se tire os produtos, que se dê a possibilidade do transporte escolar. Isso se caracteriza sim, também se quiser se enquadrar, numa situação emergencial e, que o município vem fazendo; ou as estradas não é uma situação de emergência, quando há um problema de chuvas intensas que provocam erosões nas estradas? É uma situação de urgência, então não poderemos nós cobrar, então que o município execute as estradas lá pra os agricultores. Agora, levar o funcionário lá de manhã pra fazer o serviço, trazer aqui no perímetro urbano pra que ele volte lá na sua casa para almoçar, aí nós não teremos andamento desse serviço. Quando o município emprega esse tipo de recurso é pra uma situação que não tem como você deixar de resolver o problema lá, que precisa da estrada rural para o agricultor e não está distribuindo ao funcionário público nenhum tipo de vantagem. Ele está dando condições ao funcionário, de executar o serviço com maior rapidez, com o princípio da eficiência pública que está também, na Constituição Federal. Aí nós temos todos os direcionamentos de entendimentos diversos e que lógico que, ficamos nós aqui, muitas vezes em dúvida. Eu acredito naqueles que tem um bom entendimento do bom senso da Justiça, que esse caso não está sub judice e que não é ilegal autorizarmos o Executivo a cumprir com o seu dever; aquilo que já é prática. Meu entendimento é que sou favorável a esse projeto, tendo em vista o princípio da economicidade, o princípio da eficiência e do atendimento emergencial nas situações que o município se encontrar. Aqui não diz que é obrigado pra todo funcionário receber este tipo de alimentação, é para aquele que estiver designado numa situação de prioridade, com o serviço do município. Caso contrário e, isso seja utilizado aí responde lá, quem é o responsável pela pasta, o secretário lá que deve dar a devida providência no atendimento e na execução do serviço. E no mais, esse tipo de ligação estará caracterizado dentro do orçamento, que é despesa de terceiro com pessoa jurídica. Não é nenhuma lei específica, de dotação específica; ele já se caracteriza dentro dessa modalidade de despesa. Eu não tenho nenhum tipo de dúvida



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que nós precisamos dar sim, segurança ao Executivo nos casos de necessidade de desenvolver suas atividades. Obrigado. – Presidente: Me sinto na obrigação de explicar pra os senhores vereadores, o que ocorreu na reunião que nós convocamos, semana passada. Quero agradecer e parabenizar pela presença, os vereadores: Cláudio Gaitero, vereador Rômulo Quintino, vereador Jaime, vereador João Paulo de Lima e vereador Celso Dal Molin que estiveram presentes à reunião, que nós promovemos com os técnicos da Prefeitura e também, com a nossa Procuradoria Jurídica. Pelo que entendi, na semana passada, a maior dúvida suscitada em relação a esse projeto foi à questão da violação, não da legislação eleitoral. O doutor Braga Cortes foi muito claro na sua explanação, durante a reunião de que não há nenhum tipo de violação da legislação eleitoral, por não se tratar de um benefício puro e simples. Então, essa questão ficou resolvida na reunião. O que ficou divergente em relação aos técnicos da prefeitura, secretário, procurador jurídico, secretário de administração e a procuradoria da Casa é a questão da dotação orçamentária. A prefeitura entende que ela já está contemplada na ação de manutenção da atividade das secretarias e no entendimento jurídico, deveria ter uma dotação específica. A questão da legislação eleitoral foi superada, pelo menos é esse o entendimento do Doutor Braga Cortes. Mas antes de mais nada, quero agradecer e parabenizar pela presença o Vereador Cláudio Gaitero, Rômulo Quintino, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima e o vereador Celso Dal Molin que estiveram presentes na reunião. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Na verdade participamos da reunião, até pra tirar algumas dúvidas que nós tínhamos. Eu acredito que foi importante essa reunião, porque foi inclusive solicitada por este vereador, a partir do momento do pedido de vistas do vereador Celso Dal Molin, sobre a questão da legitimidade, inclusive por ser um ano de período eleitoral. Acho que foram resumidamente resolvidas essas dúvidas, que nós tínhamos. Votarei favorável até porque, não podemos deixar que os trabalhadores, inclusive do interior, fiquem sem as suas marmitas e, que fiquem sem a sua alimentação. Agora, vale a pena lembrar e aqui ressaltar, inclusive está aqui à secretária Michelin que, as coisas tem que vir mais mastigadas a esses vereadores. Não dá pra pegar e resumir da forma e do jeito que veio da primeira vez. Isso aqui eu cobro, inclusive do líder de governo, porque, enfim, nós na primeira iniciativa não tínhamos o número de servidores que utilizarão essas marmitas. Então também, há algumas falhas neste projeto. Agora, logicamente que não é isso que nós vamos deixar esse pessoal ficar sem a sua alimentação. Era o que tinha, presidente. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Fazer um corrimento especial também, a secretária Micheline, ela que prontamente atendeu duas vezes, trazendo a equipe técnica da prefeitura aqui para esta Casa de Leis, fazendo reunião Explanando a todos os vereadores, conforme já foi anunciado aqui, somente quatro a cinco vereadores se fizeram presentes. Alguns mandaram um representante, como o vereador Nei H. Haveroth, mais algum vereador mandou representante. Então, nós realmente convocamos por duas vezes e duas vezes a equipe técnica do município esteve aqui,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pra explicar aos senhores vereadores. Eu imagino que, surgiram na primeira discussão duas dúvidas. A primeira, a questão da legalidade e a segunda, então seria a questão da dotação orçamentária. A questão da legalidade, o nosso presidente também mencionou aonde o procurador jurídico desta Casa em seu parecer, ele diz assim: *não se está fazendo uso proporcional de candidato ou coligação na distribuição gratuita de bens, mas sim provendo parte do funcionalismo público, em especial aquele que presta serviços fora e longe da sede administrativa do município de Cascavel, em alimentação.* Esse fato em si, não se enquadra nas vedações para o ano eleitoral previsto no artigo 73, que é aquele artigo que foi mencionado aqui, quando do pedido de vistas da Lei federal 9.504/97, motivo pelo qual o anteprojeto nº 11 neste aspecto não encontra óbice para sua regular tramitação, aqui nesta Casa de Leis. Então, nós entendemos, conforme já explicou o nosso presidente, que houve uma manifestação positiva do nosso procurador-geral desta Casa, deixando então os vereadores presentes plenamente seguros do que estão votando. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Também dizer que anteriormente, semana passada não estava aqui no município, estava na reunião do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente em Curitiba, no dia que teve a reunião; mas nós da Comissão de Justiça e Comissão de Finanças também anteriormente, já havíamos solicitado essa reunião com a secretária Micheline, com o secretário Alisson, secretário na época do jurídico, Welton, para sanar as dúvidas. Eu vi na imprensa de Cascavel o presidente do Sindicato dos Servidores, pedindo que esta Casa aprove, até para que possa atender os servidores que estarão lá no interior, fazendo um trabalho. Nós clamamos as dificuldades que tem o interior, mas precisamos dar condições pra que esses trabalhadores possam fazer seu trabalho, nas estradas rurais. Então é um pedido do Ricieri, nosso presidente do Sindicato dos Servidores Municipais pra que essa Casa possa aprovar esse projeto, pra que possa contemplar os servidores que estão fazendo esse trabalho, no interior. Obrigado. (-Um aparte) – Vereador Cláudio Gaitero: Pois não. – Vereador Fernando Winter: Obrigado. Vereador Gugu Bueno, pediria a sua compreensão, sempre gentil a nossos pedidos, eu teria um compromisso às 11:15 horas e eu pediria que o senhor me liberasse, antecipando o meu voto. Poderia antecipar o meu voto ao Projeto nº 11? O meu voto é favorável. Pediria a sua compreensão para sair um pouquinho antes do término da sessão. – Presidente: Saída autorizada. (-Um aparte) – Vereador Cláudio Gaitero: Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: O senhor leu um texto, vou ler um também, do procurador-geral: *A alegação do Poder Executivo de que a estimativa de impacto financeiro é desnecessária, com o devido respeito, não procede. Como também, não procede a alegação contida na justificção de anteprojeto de que o financeiro de marmitas é despesa de custeio e na manutenção das atividades de rotina das secretarias.* O senhor colocou um parecer em uma situação, eu estou colocando este. Obrigado. – Vereador Cláudio Gaitero: Obrigado. Conto com seu voto favorável a esse projeto, mesmo porque vai atender aqueles funcionários que estão no interior, conforme o vereador Vanderlei falou. Um pedido também, do sindicato e vossa excelência sabe a dificuldade que existe dos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

funcionários saírem do interior pra vir pra cidade, pra fazer as suas refeições e retornar então, para o campo pra tornar fazer o seu trabalho. Estamos semanalmente indo pra o interior e, sabemos das dificuldades das estradas rurais e muito bem falou o vereador Nei H. Haveroth: quem sabe, não se trata também de uma questão emergencial? Nós sabemos que quantos alunos deixam de vir pra sala de aula, em função de que não tem transporte adequado? Porque as estradas às vezes não oferecem as condições razoáveis, pra vir então pra cidade. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: A resolução aqui, que fala sobre a questão do ano eleitoral, coloca: *A data a partir da qual fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior. Casos que, o Ministério Público Eleitoral poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira administrativa, conforme a Lei nº 9.504.* Diante da análise que fizemos, a questão das situações já elaboradas nos exercícios anteriores, que é uma despesa de custeio que entra dentro dos serviços, que é uma prática constante e não é distribuição em um programa específico; ele é pra dar andamento na efetiva operacionalização do serviço no atendimento lá das situações que podem ser considerados, muitas vezes, de emergência e não é uma situação corriqueira, ela é exatamente pra aquele tipo de serviço específico. Agora, aí como falei antes, se utilizar de forma inadequada, que responda à Secretaria que estiver utilizando inadequadamente a lei. Obrigado. – Vereador Cláudio Gaiteiro: Peço voto favorável, pela importância deste projeto. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Não tem como alguém sair e não ter direito à comida. Isso, já passei no interior; eu fui médico no interior e via o sofrimento lá do Rio do Salto, até no Rio do Salto, na época do doutor Salazar podia fazer comida lá dentro. Tinha muitos funcionários que moravam ali próximo; mas agora em São Salvador, que eu trabalhava nos Sem Terra, a minha base era Salvador, eu via a dificuldade que tinha do povo que não conseguia nem fazer a comida. É um absurdo tamanho que não tem como, não tem explicação. Um trabalhador que sai daqui e ganha mil e poucos reais, tinha que sair fora do posto pra comer. A minha preocupação é o seguinte: que em 11 anos do mandato do Edgar Bueno, se ele dava o benefício pra alguns e não dava pra os outros. Isso que é a minha preocupação e teria que nós acompanharmos que essas marmitas, poderiam ser dadas a partir da lei votada aqui, aprovada. E o restante pra trás, se ele beneficiou alguém e outros não deu direito à marmita, ele está cometendo um crime. Então, com certeza vou votar a favor, daqui pra frente. Votaria daqui pra trás também, se essa lei tivesse vindo: só que aos amigos a marmita, aos inimigos a marmita vazia e, vamos dizer assim. Nem o gás queria dar. Então é isso, a minha preocupação que nós temos que acompanhar: ver se quantas marmitas serão servidas daqui pra frente, pra quais funcionários serão, pra fazer a coisa certa. Porque talvez, essa lei está vindo aqui, só pra fazer o rearranjo dos amigos dele. Com certeza, Claudinho Gaiteiro que todo servidor que se distancia da sua casa, que é mais vantajoso fazer a marmita lá, que o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

município dê; isso aí está na CLT é direito trabalhista e, o município de Cascavel não pode fugir a isso. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaiteiro: No artigo 9º é bem claro: esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Naturalmente é daqui pra frente. Com certeza a Secretaria de Agricultura e a Sesop terão em mãos a relação dos funcionários beneficiados. Isso é importante também pra eles, que eles precisam saber a quantidade de funcionários que farão jus a essas marmitas e com certeza, eles terão a relação para nos atender. Obrigado! – Vereador Jorge Bocasanta: Então a oposição vota mais uma vez a favor do Governo, porque o que é bom pra o município de Cascavel é bom pra oposição. Não estamos, aqui... É projeto do Paulo Porto, do Paulino... mesmo assim, eu e o Professor Paulino nós votamos coisas diferentes, mas quando é bom pra Cascavel, a gente vota a favor. Era isso, muito obrigado!Peço voto favorável. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foi contrário o vereador: Celso Dal Molin) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Fernando Winter, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Luiz Frare, Marcos Rios, Ganso Sem Limite, Robertinho Magalhães, Paulo Porto, Jorge Menegatti, Pedro Martendal, Professor Paulino, Rui Capelão, Romulo Quintino, Vanderlei Augusto da Silva, Nei Haveroth, Walmir Severgnini, Jaime Vasatta) – Secretário: 19 votos favoráveis e 1 contrário. – Presidente: Com 19 votos favoráveis e 1 contrário, Projeto de lei nº 11/2016 foi aprovado em primeira votação. Finda está à matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Deixo a palavra livre pra inscrição do interesse público. Temos as inscrições dos vereadores: João Paulo de Lima, Celso Dal Molin, Professor Paulino, Nei H. Haveroth, Fernando Winter, Jaime Vasatta e Romulo Quintino. - Vereador Paulo Porto: Questão de ordem. – Presidente: Pois não. - Vereador Paulo Porto: Gostaria de solicitar excepcionalmente, licença pra me ausentar no grande expediente. – Presidente: Vossa excelência tem crédito, vereador Paulo Porto. Com a palavra o vereador João Paulo, pela liderança do PSD. - Vereador João Paulo de Lima: Venho a essa tribuna por três fatores. O primeiro, quero aqui citar sobre algumas indicações que este vereador e outros vereadores fizeram sobre algumas ruas da cidade de Cascavel, solicitando pintura, sinalização, enfim, uma série de melhorias e atendimentos. Só apenas deste vereador na rua Panamá, região norte da cidade, mais precisamente entre o Morumbi, Europa e o bairro Periolo, nós solicitamos quatro indicações. Não vou me lembrar de todos os vereadores que fizeram as indicações, mas cito alguns, como o vereador Rômulo Quintino que fez indicação, vereador Jaime Vasatta, que intensamente tem falado sobre isso, o vereador Cabral, inclusive já se posicionou. Quatro indicações somente deste vereador, desde 2013 que aqui eu rasgo; porque realmente não funciona pedir indicação a Cettrans. Então tem que ir pra o lixo as indicações que os vereadores fazem, porque realmente, senhores vereadores, é uma indignação com a Cettrans, porque foram quatro pedidos e, inclusive somente deste vereador, fora dos outros vereadores e desde 2013 até agora não atendem ao pedido. E aí me dizem que, na verdade, a Cettrans está investindo muito bem nas sinalizações, investindo quem sabe aqui no centro de Cascavel que, já é um aporte separado que é do BID; mas nos bairros pode esquecer, é acidente todo o santo dia. E



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

aí: -“não, mas ... é que o motorista ele está conduzindo mal o seu veículo, está ultrapassando numa placa de preferencial.” Mas daí, se não temos também autonomia para fazermos as indicações e formos atendidos, aqui vamos parar com isso de oposição, independência ou até mesmo base de governo. Tem que ser atendido, porque aqui é o clamor dos vereadores, que seus votos foram através da população de Cascavel, não foram cargos indicados lá como está acontecendo. O que me incomoda, senhores vereadores, é que a semana passada eu liguei até a Cettrans e pedi encarecidamente que pudessem fazer as sinalizações; principalmente em algumas ruas. Não fizeram e hoje pela manhã a imprensa e, toda a comunidade lá da região norte, estavam lá fazendo um protesto; porque realmente não se atende, não se coloca em prática aquilo que, nós vereadores aqui estamos pedindo. Não é só deste vereador, quantos vereadores aqui, já solicitaram as providências a este órgão chamado Cettrans. E aí quando fala que é indústria da multa, “não! pelo amor de Deus, não é indústria da multa, nós apenas estamos só aplicando a legislação.” Vamos ocupar esse dinheiro das multas também, senhores vereadores. Vamos ocupar esse dinheiro das multas, fazendo o que tem que ser feito, ou seja, implantando sinalização. Depois que morre não adianta as famílias implorarem. Esse final de semana nessa rua, infelizmente acabou tendo um óbito. “-Mas o cara estava alcoolizado, tinha ultrapassado a faixa”. Azar, não tem faixa. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jaime Vasatta: O que está falando aí é uma situação bastante delicada, como você também fez a indicação, o vereador Romulo Quintino e talvez, mais algum vereador fez. Infelizmente, são fatos que deixam a gente indignado; porque não foi por falta de aviso. Eu quero aqui te mostrar que, existe já o projeto desde 2014. E estivemos juntos, presentes no local com os engenheiros da Cettrans, para a viabilidade de se colocar uma rotatória lá. É um projeto simples, apenas alargamento nas esquinas, para poder instalar rotatória que podia evitar muitos acidentes. Essa rua Panamá, ela tem ligação com outros bairros: Periolo, São Francisco, enfim, inclusive com uma intensidade muito grande de alunos que, vai de um bairro para o outro pra que possa usar essa avenida. Então, infelizmente aconteceu mais um fato, perdeu-se mais uma vida agora nesse final de semana, como foi provado pela Cettrans. Então, o fato de executar obra, quem executa a obra não somos nós, quem executa a obra é o Executivo. E vou dizer mais: temos mais uma indicação aqui, na rua Corbélia no Bairro Morumbi autorizado pela Cettrans, pelos técnicos da Cettrans, pelos engenheiros da Cettrans, há mais de dois anos e eu tenho cobrado isso. Há poucos dias um carro invadiu uma casa lá, sorte que não tinha ninguém próximo do portão, senão ia acabar tendo mais vítimas. Então é lamentável, nós estamos vendo realmente que as pessoas que usam, que fazem parte, que tomem providências para evitar outras vítimas. (-Um aparte) - Vereador João Paulo de Lima: Pois não. – Vereador Professor Paulino: Reforçando, vereador João Paulo, a sua indignação, eu também já tinha pensado em tomar atitudes como essa sua, porém não resolveria nosso problema, no momento. Como você falou: não se trata de oposição, situação, estamos cuidando de vidas. Na rua Pombo Correio eu apresentei duas solicitações e foi negativo. Pediram para aguardar e, nesse aguardar até agora



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

não aconteceu, já teve morte, a morte de um líder da região norte, do Floresta que estava trabalhando; então, não tinha desculpa nenhuma. Ele simplesmente foi colhido, a moto dele, por um carro em alta velocidade e ele estava trabalhando. Temos uma outra situação que até o vereador Cláudio, lá na Augustinho dos Santos ajudou a Cettrans e aí a Cettrans colocou uma placa de “Pare”, uma lombada, mas daí a Secretaria de Obras faz mais de 6 meses, Cláudio... - Vereador João Paulo de Lima: Agradeço a participação, vereador Paulino. Não vou poder lhe conceder mais tempo, porque ainda tenho que terminar. Dizer que nós solicitamos a presença do senhor Paulo Gorski, que venha até esta Casa pra dar algumas explicações; até porque foram assinados por vários vereadores e no dia ele não pode vir; porque estava em Curitiba, mas já vamos solicitar para as próximas semanas, que ele compareça a esta Casa. Porque quero dizer uma coisa: mais de um milhão de reais investidos em pintura, mas eu não sei pra onde que está indo, porque nos bairros não estão aparecendo essas pinturas, senhores vereadores. E quando eu falo aqui, até demagogicamente, segundo alguns colegas, é que a questão da tinta guache é isso aí: pinta hoje e amanhã, já não aparece mais. Novamente e vou voltar aqui a falar com o presidente, se não tomar iniciativa, pela Comissão de Defesa do Consumidor eu quero que se contrate uma empresa, para que verifique a qualidade dessa tinta que está sendo aplicada, inclusive nas ruas da cidade de Cascavel. Ou vai ou racha, o que não dá é pra pegar e ficar aí, vendo essas pessoas acabarem falecendo por falta de responsabilidade e também, incompetência. Era o que tinha senhor presidente. – Presidente: Com a palavra, vereador Rômulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Abro mão da palavra. – Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Uma preocupação minha e de vereadores nesta Casa, nós temos condições que estão acontecendo, que eu acho que não poderia acontecer para que esta Casa continuasse com seu brio e com a sua postura. Por exemplo; vem um projeto para vender um lote, o projeto nem chegou a esta Casa pra transferir, na verdade um lote para uma entidade, o projeto nem foi aprovado e o projeto já está com uma placa de aluga-se: ou de vende-se. É um problema. Vem um projeto pra esta Casa, para que aprove uma coirmã, uma cidade de Cascavel com outra cidade. O projeto não foi aprovado, já chega uma carta do cônsul parabenizando pela irmandade. Complicado! Nós fazemos uma lei nesta Casa para o Plano municipal, nós colocamos lei aprovada por esta Casa tirando alguns pontos que não podia se usar e não deram bola para a lei. Engavetaram a lei, fizeram um Plano de Educação e mandaram para os colégios e agora, nós estamos errados. Gostaria que exibissem um vídeo. Não vai dar, não tem problema, deixo pra amanhã. Qual a preocupação? Aprovamos uma lei nesta Casa e a lei não é executada. Então não vamos aprovar mais lei aqui, a partir do momento que a lei foi aprovada tem que ser executada e se alguém não executou essa lei nós queremos cobrar isso. Invertem a situação e colocam ela ao contrário, pra nos colocar numa situação difícil. Houve até uma reunião do Conselho de Educação e discutiram o assunto, mas não discutiram o objetivo do assunto que era: o descumprimento da Lei. Como é o caso que nós vimos agora a pouco, a Universidade Unioeste manda uma



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

carta de repúdio a esta Câmara de Vereadores por que está cobrando porque uma lei não foi cumprida? Então o que essa faculdade está defendendo? O que o reitor está defendendo? Precisamos saber. Quando olhamos para a situação que aconteceu e, nenhum dos vereadores que fiz a denúncia, em nenhum momento questionou outros assuntos a não ser, o descumprimento da Lei. Eu queria convidar os senhores que lessem o Plano de Educação e me digam se concordam com tudo isso. Então qual que é a nossa cobrança? Que a lei se cumpra, para que nós não sejamos desvalorizados e humilhados nesta Casa. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Romulo Quintino: Cumprimentá-lo, vereador Celso Dal Molin, o senhor que juntamente comigo, vereador Fernando Winter e outros vereadores recebemos na última semana, o nome de “fundamentalistas”, mas eu quero apenas lamentar dentro da sua fala, o vereador Paulo Porto, ele acabou saindo do plenário e ele é um representante oficial, como professor da Unioeste aqui nesta Casa. Deixar registrado o lamento da sua falta e ao mesmo tempo quem sabe, ele pode nos falar na sessão de amanhã, a respeito desse posicionamento da Unioeste. Estou com senhor na convocação, num requerimento pra convocar o reitor da Unioeste, pra vir falar o porquê de tamanha vontade, tamanho desejo da Unioeste de se posicionar contra os vereadores desta Casa. Obrigado! Senhor presidente, pra que esta Casa não perca o brio, não perca a sua autonomia, não perca o dever de assinar leis, aprovar leis e que as leis sejam executadas, que eu estou falando isso nesta manhã. Amanhã, passaremos o vídeo e peço até desculpa pra os meninos lá, que eu dei pra vocês na última hora; mas amanhã a gente tenta passar. Obrigado, senhor presidente. – Presidente: Com a palavra vereador professor Paulinho. - Vereador Professor Paulino: Eu recebi um comunicado aqui, o ofício do senhor presidente que nos coloca as situações em que o nosso Projeto de lei nº 15, ele recebeu parecer contrário do jurídico da Câmara. Eu até imaginava que pudesse acontecer à alegação de que o nosso projeto, ele tem vício de origem. Nós estamos aqui, nos referindo à implementação em Cascavel da Patrulha Maria da Penha e um pedido dos movimentos de mulheres organizadas e que nós entendemos, achamos procedência e colocamos não como projeto... como um projeto autorizatório. Havia conversado já com nosso procurador e, mesmo assim achei interessante protocolar. (-Um aparte) Pois não. – Presidente: Vereador Professor Paulinho, só pra enriquecer a sua fala, vereador, essa questão da Patrulha Maria da Penha no ano passado, já por entender justamente essa questão do vício de iniciativa, fiz um requerimento ao Poder Executivo, pedindo que tomasse providências e começasse estudos no sentido de implementar a Patrulha Maria da Penha, aqui em Cascavel. Esse requerimento foi aprovado pelo plenário desta Casa e nós estamos em conversações com o Poder Executivo, com as forças de segurança pra ver a possibilidade de nós, ainda esse ano, implementarmos essa Patrulha. Na verdade, essa discussão, essa conversa já está em andamento, só queria relembrar. - Vereador Professor Paulino: Tudo bem, obrigado. Eu conversava com nossa secretária de Ação Social e ela também nos coloca que está verificando. De qualquer forma nós entenderemos que é necessário que se faça, que se mexa, que se faça, que se prove. Obviamente que aprovar lei, também não



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

significa implementá-la; é um passo. É necessário que se debata esse tema. Uma temática tão importante, tão cara, onde nós temos mulheres que estão sendo violentadas, mulheres que têm medo de voltar pra casa, mulheres que estão sofrendo com ameaças. Exatamente por isso que, nós provocamos o debate, entendemos fundamental isso. E dizer assim que também, quando nossa Câmara de Vereadores ficou tão indignada quando se trabalhou numa escola, a questão de gênero, quando se fala na questão de gênero, não está se falando em treinar crianças pra ser homossexual, não é neste sentido. Isso foi uma defesa que nós ouvimos aqui de todos os movimentos, inclusive da ciência, inclusive da Unioeste se posicionando. Na verdade o que pretende este movimento é que sejam respeitados questão de homens... chega de machismo. Nós, enquanto homens, não temos direito de massacrar mulher alguma e nos passarmos por... defesa da honra. Uma sociedade moderna hoje, tem que se posicionar por aquilo que... com conhecimento científico e não com “acho que isso, acho que aquilo”; por isso então entendo que, a Universidade se posiciona muito bem. Nós temos um elemento, uma construção muito bem trabalhada já e que é a condução de políticas públicas, no sentido de nos posicionarmos contra toda e qualquer violência, seja ela de gênero, seja ela filosófica, seja ela de qualquer sentido de violência. Nós temos que ser pela vida, é isso que nós somos. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Só gostaria de colocar aos nobres vereadores que também, fiz uma indicação dessa situação que ocorreu no trânsito, lá na rua Panamá no período da amanhã. Não sabia de todo esse histórico dos demais vereadores, que estão envolvidos; mas que sirva pra reforçar. Eu acho que nós temos que cobrar das Secretarias e, se não dá pra atender todas as ligações, mas que nossas indicações sirvam para estabelecer um programa, um planejamento da política a ser desenvolvida pela Secretaria. E eu acredito que a Secretaria de Obras, tem que afinar os trabalhos, tem que se integrar e agir preventivamente em alguns cruzamentos da nossa cidade, que nos bairros hoje tem muito mais movimento do que há 20 anos atrás tínhamos no centro da cidade; então temos que cobrar assim das Secretarias, pra que olhem com carinho de forma preventiva; porque cabe a esta Comissão daqui da Casa, que é a Comissão de Segurança e Trânsito alertar para essas questões. Eu, enquanto presidente diálogo muito diretamente nas Secretarias, mas também temos que reconhecer que algo tem que ser feito. Se é falta de orçamento, a comunidade lá está se propondo a ajudar a executar o que precisa fazer. Não é por falta de orçamento, é por falta de colocar algumas situações: de planejamento, que nós temos que ter em atenção preventiva. Inclusive, essa questão de radar e que radar só vem pra multar, é uma reivindicação da comunidade que seja colocado um radar lá. Hoje, eu vi no jornal da manhã a reivindicação para que seja colocado um radar, porque o semáforo também pode ser um problema de segurança de madrugada pra os moradores. Então eles mesmos estão reivindicando um radar, que é também um redutor de velocidade. Então é preciso que as Secretarias, elas recebam as nossas indicações e utilizem isso como uma forma de planejar as suas ações. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jaime



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Vasatta: Fica uma questão: os projetos foram desenvolvidos pela própria Cettrans, engenheiros da Cettrans e, dá pra se fazer com funcionários da Cettrans, que são coisas simples. Aí fica a pergunta: quanto vale uma vida, quanto vale um pequeno projeto para resolver uma série de coisas. A região norte está crescendo cada vez mais, o fluxo de veículos, de pessoas, está cada vez mais crescente; então são pequenas ações que poderia ser resolvido sem que nós perdêssemos vidas, naquele local e então, é lamentável. Obrigado! (-Um aparte) – Vereador Nei H. Haveroth: Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Lembrando que aquela lombada lá, no Agostinho dos Santos, eu liguei hoje de manhã para o secretário de Obras, a respeito. Imediatamente me passou para o engenheiro Marcos e, conversei com o engenheiro Marcos, possivelmente de hoje pra amanhã vão fazer, então a lombada lá na rua Agostinho dos Santos. E a gente lamenta, porque este vereador também se pronunciou em 2015, a respeito da necessidade da redução de velocidade, naquela rua onde houve o acidente nesse fim de semana. Como sempre falo: os vereadores estão de parabéns, porque trabalham bastante. Vejo que só neste ponto, a gente percebeu aqui que 5 a 6 vereadores perceberam a necessidade de instalação daquele redutor de velocidade, mas pra isso precisa ser cumprido, precisa ser feito isso; porque normalmente o vereador, quando faz uma solicitação é porque está atendendo a sociedade. – Vereador Nei H. Haveroth: E também o caso de uma indicação que, amanhã estarei reforçando que sirva pelo menos pra atender a comunidade, independente de qualquer outra situação. Na Ipanema, por exemplo pra transpor a Europa ou pra acessar a Europa no horário de pico, é difícil. É o caso lá do trevo do XIV de Novembro, do viaduto lá no horário de pico. Precisamos organizar o trânsito, dar a vez, acessar a rua, respeitar a vez do outro; precisamos de alguma ação necessária. A gente sabe da dificuldade, entende que não é de uma hora pra outra que se resolve, mas em alguns pontos da cidade precisam tomar providências. É o caso, por exemplo, das marginais: eu fiz uma indicação aqui, da marginal da 467 que quando chega no viaduto ali da Jacarezinho não tem a placa de Pare, mas ali é responsabilidade do DER, mas cabe sim, ao órgão municipal cobrar então do DER para que seja resolvido, porque ali também pode se perder uma vida. Toda ação que seja preventiva, nós temos entendimento que não é fácil de solucionar. Mas precisamos criar um planejamento de ações nesses pontos críticos, principalmente nas áreas dos bairros que estão muito movimentadas e que precisam de uma ação urgente, tanto da Cettrans como da Secretaria de Obras, integradamente pra que solucionem esses problemas. Obrigado! – Presidente: Com a palavra vereador Jaime Vasatta. – Vereador Jaime Vasatta: Quero complementar, inclusive o que o vereador Nei H. Haveroth falou, sobre as questões das travessas das marginais, do Brasmadeira, região do Pioneiro, Rocha Pombo; nós entregamos na semana passada, quando o secretário de Estado, Pepe Richa, esteve em Cascavel, o secretário de Infraestrutura, mais um documento pedindo reforço inclusive na presença do superintendente do DER, o Farah. Nós estivemos lá pessoalmente, nesse viaduto e inclusive quero fazer um agradecimento ao fotógrafo da casa, o Flávio, que esteve comigo lá, fazendo fotografia e filmando. Isso era dez pra



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

seis da tarde e não tinha ainda uma frequência muito grande de veículos, estivemos no local e em 10 minutos vimos dois acidentes, isso que não era na hora de pico. Então, segundo a informação o município não pode mexer nesses viadutos, por ser de domínio do DER ou do DNIT e nós estamos pedindo esse reforço, inclusive mandando cópia ao deputado André Bueno, para que possa interferir e, que possa fazer algo lá antes que morra gente lá. É humanamente impossível, você atravessar a marginal pra você entrar pra esquerda ou tanto faz, do lado contrário pra esquerda ou pra direita, você tem que entrar com o carro na metade da pista, pra poder ter visibilidade; um viaduto mal projetado, com curvas, muretas altas e você não tem visibilidade nenhuma de quem está passando. Dessa forma que nós temos que, realmente buscar soluções cobrando as autoridades para que possa melhorar, evitando assim, mais mortes naquela região. E parece que tudo na região norte, onde tem o número de habitantes muito grande, mais de 100 mil pessoas; precisamos melhorar. Eu acredito então, que agora reforçando esse pedido ao secretário de Infraestrutura e também ao deputado André, que possa realmente interferir junto a esses dois órgãos: tanto DER como DENIT, que possam fazer lá, colocar o semáforo. Eu acho que dá pra melhorar bastante, colocando um semáforo ou rebaixar aquelas muretas; para as pessoas terem visibilidade de tráfico. Era isso, muito obrigado presidente! (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Martendal: Só aproveitando as colocações dos nobres colegas, há um desleixo muito grande por parte da Companhia de Trânsito quanto à poda das árvores, que encobre as placas de sinalização. Olha, é recorrente nos bairros: vão lá, poda uma vez e dá impressão que eles entendem que a árvore não vai crescer o galho novamente e você passa lá novamente, a placa está com a sua visibilidade obstruída, por causa dos galhos das árvores. Então há necessidade, já fiz indicação nesse sentido que a Cettrans tenha um controle constante. Não é ir lá e cortar uma vez e fim de papo. Obrigado! – Presidente: Sendo a inscrição do vereador Jaime Vasatta a última, encerramos a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às onze horas e quarenta e dois minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

ROMULO QUINTINO

Secretário